

Bárbara Guimarães Rocha

**EDUCAÇÃO FÍSICA:**

contribuições para a inclusão escolar de pessoas com deficiência

Belo Horizonte

Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional

2011

Bárbara Guimarães Rocha

**EDUCAÇÃO FÍSICA:**

contribuições para a inclusão escolar de pessoas com deficiência

Monografia apresentada ao curso de Educação Física da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de licenciada em Educação Física

Orientadora: Professora Doutora Priscila Augusta Lima

Belo Horizonte

Escola de Educação Física Fisioterapia e Terapia Ocupacional

2011

## AGRADECIMENTOS

Esse trabalho marca o encerramento de mais uma etapa da minha vida. Foram cinco anos de intensa aprendizagem e muito crescimento. Saio com o título de professora e a certeza de que estou pronta para enfrentar os desafios profissionais que me esperam no mundo do trabalho. Sei que essa etapa da minha formação humana não seria possível se não fosse por algumas pessoas e serei eternamente grata a todas elas.

Minha mãe, Raquel que me deu a vida e é parte essencial daquilo que eu sou hoje. Meu maior exemplo, meu maior orgulho, amor maior e infinito.

Meus pais, Giovane que mesmo distante se fez presente quando precisei e me apóia sempre. Meu conselheiro fiel, meu herói. E Ney, meu segundo pai que muito me ensinou, principalmente sobre o amor e que é fonte inspiradora devido a sua invejável inteligência.

Aos meus irmãos, Camilla e Bernardo que dividiram muito mais do que um quarto comigo. São parte indispensável do meu coração, amor que não acaba mais. E todos os meus familiares que me amam apesar de tudo e estão sempre ao meu lado quando preciso.

À minha flor, a única Rosa do meu jardim, devo citar Saint- Exupéry: *“e alguém ama uma flor da qual só exista um exemplar em milhões e milhões de estrelas, isso basta para fazê-lo feliz quando as contempla. Ele pensa: Minha flor está lá, em algum lugar.”* Obrigada, flor, por estar sempre lá.

Aos meus amigos, os velhos, que estiveram sempre comigo e são a família que construí e aos novos que ganhei na universidade e dos quais nunca quero me separar. Mario Quintana descreveu-os muito bem: *“Amizade é um amor que nunca morre”*.

À minha segunda mãe que adotei na Faculdade de Educação, Professora Priscila, mais que uma orientadora, minha mentora, quem me fez acreditar que meus sonhos podem e devem ser realizados. Responsável por grande parte da minha formação como professora, meu modelo.

Aos demais professores da Escola de Educação Física que muito me ensinaram e muito contribuíram para minha formação. Às professoras que me acompanharam nos Estágios obrigatórios e me mostraram que tudo é possível quando se acredita no que faz, Eliene do COLTEC e Luciana da EMAP, sem vocês esse trabalho não seria possível e essa etapa não estaria completa.

Meu sincero obrigada a todos vocês!

Se a educação é um ato pensado por seres humanos, para seres humanos, logo não se justifica que alguns sejam eleitos para não participarem desse processo. Warley Carlos Souza, 2007.

## RESUMO

Este trabalho desenvolve reflexões acerca das contribuições da Educação Física Escolar para o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas comuns. Para isso é preciso analisar o significado da Educação Física no âmbito escolar, como um componente curricular, descrevendo brevemente seu histórico de legitimidade nas escolas brasileiras. É necessário também discorrer sobre a educação especial que é agora garantida por Lei em escolas regulares. A Lei de Diretrizes e Bases garante as pessoas com deficiência o Atendimento Educacional Especial na própria rede de ensino regular e buscando assegurar uma educação de qualidade com todo apoio necessário de forma a possibilitar o desenvolvimento máximo dos educandos com necessidades especiais. Para perceber como o tema tem sido estudado na Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais serão analisadas duas monografias que tratam da inclusão escolar. E para compreendermos como essa inclusão vem acontecendo nas escolas, realizou-se entrevistas semi-estruturadas com sujeitos envolvidos nesse processo, professores de Educação Física e alunos com deficiência. Os dados dessas entrevistas foram analisados qualitativamente buscando relacionar a realidade vivida com as possibilidades previstas pela Lei Federal, tentando encontrar propostas que enriqueçam o campo da Educação Física Escolar no sentido de interrogar sobre os fatos que não colaboram para a construção de uma educação para todos. E da mesma forma focalizar aqueles que favorecem o processo inclusivo de pessoas com deficiência .

**Palavras-chave:** Educação Física. Educação Inclusiva. Inclusão escolar.

## **ABREVIATURAS**

EI = Educação Inclusiva

EF= Educação Física

EFE= Educação Física Escolar

UFMG= Universidade Federal de Minas Gerais

EEFFTO= Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional

EFI= Educação Física Inclusiva

LDB= Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PCN= Parâmetros Curriculares Nacionais

## SUMÁRIO

Introdução .....	7
Metodologia .....	11
Análise qualitativa de monografias .....	12
Entrevistas semi-estruturadas.....	12
Procedimentos.....	13
Capítulo 1: A Educação Física e a Inclusão Escolar .....	13
A legitimidade da Educação Física na escola brasileira.....	14
Meu olhar sobre a Educação Física Escolar.....	16
A Educação Inclusiva nas escolas.....	17
Capítulo 2: A Educação Física em uma perspectiva de Educação Inclusiva .....	20
Monografias da Escola de Educação Física.....	21
Entrevistas.....	25
Considerações Finais.....	32
Referências.....	34
Anexos.....	38

## INTRODUÇÃO

Minha história com a educação inclusiva (EI) começa ainda no meu tempo de colégio, quando algumas posturas segregadoras e preconceituosas dos meus professores e colegas me incomodavam muito nas aulas de educação física (EF), principalmente. Como sempre convivi em meios que me estimulavam a vivência de diferentes práticas corporais, eu tinha facilidade de lidar com as exigências das aulas de EF. Durante meu ensino infantil e fundamental, eu estudei em escolas que não me possibilitaram percorrer os diferentes conteúdos da EF, pois os professores responsáveis pela disciplina aparentemente não a consideravam como um conhecimento escolar e sim como uma mera atividade, mas pude conhecer diferentes práticas em outros espaços (amigos da rua, clubes, colônias de férias), por isso desenvolvi uma preferência por essa disciplina, que ficou ainda mais evidenciada no ensino médio.

Quando terminei o ensino fundamental, um tio que trabalhava em uma escola particular de Belo Horizonte disse que eu deveria fazer o ensino médio lá, visando uma melhor preparação para o vestibular. Eu e meus pais aceitamos o convite e para minha felicidade, a escola possuía uma equipe de futsal feminina, da qual participei durante os três anos que estudei lá. Sempre fui apaixonada por futebol, mas nunca tinha tido oportunidade de aprender sobre a prática, pois, nas aulas de EF das outras escolas onde estudei, eu só tive voleibol ou queimada. Nesse colégio foi diferente, eu pude conhecer não só sobre futsal fazendo parte da equipe, mas de vários outros esportes e várias outras práticas corporais, pois a EF era organizada em diferentes conteúdos e assuntos diversos eram trabalhados na disciplina, o que dava a ela um caráter muito mais escolar do que tudo que eu havia vivido até ali. Mas apesar do avanço de se tratar a EF como disciplina escolar, o colégio carregava ainda algumas lacunas e ao mesmo tempo em que disponibilizava o conhecimento, não se preocupava em democratizá-lo. O que eu estou querendo dizer com isso é que para mim que tinha facilidade em executar movimentos esportivos,



que tinha uma boa coordenação motora e que tinha interesse em realizar o que era proposto, a aula era o melhor momento da semana, o mais esperado e mais divertido. Porém, algumas colegas, e digo só das meninas, pois as aulas de EF eram separadas por gênero, não tinham interesse ou habilidades suficientes para executar os movimentos exigidos e estavam sempre desmotivadas e abatidas nas aulas. Eu me preocupava com isso e tentava amenizar o que era o sofrimento de algumas buscando formas mais coletivas de se participar da aula, tentando fazer com que cada uma participasse da forma que era capaz. Aquelas que antes ficavam sentadas na arquibancada da quadra assistindo as outras se divertirem e aproveitarem a aula, eu tentei trazer pra dentro de quadra, motivando-as a participar de alguma forma, para que elas também vissem sentido naquilo que estava sendo aprendido nas aulas de EF.

Quando entrei para a universidade, a primeira coisa que procurei foi alguém que estudasse a inclusão nas aulas de EF. Eu sempre busquei entender melhor como uma disciplina que se diz corporal entende as diferenças dos corpos. Meu primeiro contato foi com o professor Pedro Américo de Souza Sobrinho, que era coordenador do Centro de Estudos do Esporte para Portadores de Deficiência (Cepode). Contudo, esta abordagem para mim não era suficiente, uma vez que era um grupo preocupado com a Educação Física Adaptada, que segundo Menezes e Santos (2002) é um programa diversificado de atividades, jogos, esportes e ritmos, adequados aos interesses, capacidades e limitações do aluno com necessidades especiais, portanto não resolvia minha aflição maior que era como lidar com as diferenças nas aulas de educação física? Principalmente quando eram diferenças no âmbito corporal, que influenciavam a realização das atividades. Foi então que tive contato com o Grupo de Estudos de Educação Inclusiva e Necessidades Educacionais Especiais (GEINE), na Faculdade de Educação e pude estudar melhor como se dá a inclusão de sujeitos com deficiência na escola regular. Durante três anos da minha formação, eu fui bolsista, voluntária e empenhada nas ações do GEINE e tentei buscar na minha formação uma reflexão sobre essa realidade cada dia mais presente nas escolas regulares. Este trabalho é mais um passo

na minha formação, mais uma ferramenta de reflexão para a minha prática e também uma aproximação do meu conhecimento teórico com a realidade do chão da escola, um diálogo sobre o que sou e o que ainda quero ser.

Feitas estas considerações, o trabalho tem como objetivo estabelecer reflexões acerca das contribuições da Educação Física Escolar (EFE) para o processo de inclusão dos alunos com deficiência nas escolas comuns do ensino. Para isso é preciso investigar o sentido da EF no âmbito escolar, como um componente curricular, descrevendo brevemente seu histórico de legitimidade nas escolas brasileiras. É necessário também discorrer sobre a educação especial que é agora garantida por Lei em escolas regulares. A Lei de Diretrizes e Bases de 1996 (LDB) garante aos deficientes a educação especial na forma de Atendimento Educacional Especializado na escola comum e deve assegurar uma educação de qualidade com todo apoio necessário de forma a possibilitar o desenvolvimento dos educandos com necessidades especiais. Para perceber como o tema tem sido estudado na Escola de Educação Física da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) a escolha foi analisar duas monografias que tratam da inclusão escolar, intituladas: "Educação Física Escolar e Inclusão: Desafios para os Profissionais da Área", de Rodrigo Gavioli de Assis e "Educação Física Escolar: A Inclusão e o Respeito as Diferenças", de Raquel Ramirez Corradi.. A partir dos trabalhos seriam eleitas as categorias de análise, considerando o papel da Educação física escolar e a participação de pessoas com deficiências nestas aulas

Outro elemento utilizado para compreendermos como essa inclusão vem acontecendo nas escolas, foram as entrevistas semi-estruturadas realizadas com sujeitos envolvidos nesse processo, professores e alunos com deficiência. Os dados dessas entrevistas foram analisados qualitativamente buscando relacionar as falas dos participantes buscando encontrar propostas que enriqueçam o campo da EFE e interrogar sobre os fatos que não colaboram para a construção de uma educação física para todos.

Alguns questionamentos permeiam esse trabalho orientando as reflexões que buscamos fazer ao longo do seu desdobramento. A partir de quais concepções

a EFE tem sido pensada no Brasil, nos últimos anos? De que forma ela dialoga com as propostas de EI? A EFE tem sido trabalhada em uma perspectiva inclusiva? Será que a participação do aluno com deficiência nas aulas de EF tem sido positiva para o mesmo? Como o professor de EF pode pensar em propostas metodológicas que inclua todos os seus alunos nas aulas? Tentarei, ao longo do trabalho, refletir sobre todas essas questões e outras mais que surgirem a partir dessas.

O trabalho apresenta objetivo, justificativa e metodologia que explicam o para quê, o porquê e o como esse trabalho será desenvolvido. Em seguida, apresento o capítulo um sobre a EFE, na tentativa de apresentar um panorama histórico da legitimidade da EF no âmbito escolar brasileiro. O capítulo dois, discorro sobre a EI nas escolas regulares e como ela se sustenta no aparato legal, explicando e justificando sua legitimidade. O terceiro capítulo tem como objetivo analisar as monografias encontradas na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional (EEFFTO) que tratam do tema da inclusão escolar e também analisar as entrevistas feitas com uma aluna deficiente que estuda em escola regular e sua professora de EF.

Acredito que, ao revelar práticas de EF com caráter inclusivo, posso contribuir para ampliar o debate e a reflexão sobre as possibilidades de qualificação da Educação Inclusiva nas escolas regulares. Além disso, nos desafios desse intenso e constante processo de tornar-me professora, penso ser o processo investigativo, o olhar curioso, a escuta atenta, ricas potências para a minha formação.

Este trabalho tem como objetivo investigar a compreensão da EFE buscando relacioná-la a abordagem inclusiva a partir dos textos de alguns autores e do depoimento de aluna e professora que vivenciam essa prática em seus cotidianos escolares.

Embora a EF tenha sido reconhecida como um campo importante de conhecimento dentro da escola, assim como a EI, ainda há uma escassez de trabalhos investigando a educação física escolar inclusiva de pessoas com deficiência. Nessa perspectiva, esse trabalho visa contribuir para o

desenvolvimento do conhecimento sobre as propostas atuais de EFE e sua compreensão pelos sujeitos envolvidos no processo educativo.

## **METODOLOGIA**

A metodologia consistiu de um estudo teórico de monografias sobre o tema Educação Física Escolar e Educação inclusiva, sobre aspectos da legislação pertinente e ainda de entrevistas semi-estruturadas visando exemplificar a compreensão da EF no processo de inclusão escolar, do ponto de vista da pessoa com deficiência e do professor que ministra as aulas para a pessoa com deficiência. Os textos encontrados e as entrevistas serão analisados buscando compreender a importância dada a Educação Física Inclusiva (EFI) na escola, na visão dos autores e dos sujeitos entrevistados.

### **Análise qualitativa de monografias**

Para alcançar o objetivo proposto será feito um estudo bibliográfico dos textos encontrados na biblioteca da EEFFTO, sobre Educação Física e Educação Inclusiva, em um total de duas monografias, intituladas: "Educação Física Escolar e Inclusão: Desafios para os Profissionais da Área", de Rodrigo Gavioli de Assis e "Educação Física Escolar: A Inclusão e o Respeito as Diferenças", de Raquel Ramirez Corradi. Para a análise, serão utilizados como referência autores como Vago, Bracht, Kunz.

### **Entrevistas semi-estruturadas**

A escolha pela entrevista semi-estruturada se fez pela possibilidade que ela dá de uma interação entre o entrevistador e o entrevistado, o que favorece as respostas espontâneas. Ela também possibilita uma abertura e proximidade maior entre o entrevistador e o entrevistado, permitindo ao entrevistador tocar em assuntos mais complexos e delicados, como é o caso da deficiência da aluna. Dessa forma, quanto menos estruturada a entrevista, maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes (Boni e Quaresma, 1995).

Para compreendermos como essa inclusão vem acontecendo nas escolas desenvolvemos entrevistas semi-estruturadas com sujeitos envolvidos nesse processo, professores e alunos com deficiência. Os dados dessas entrevistas foram analisados qualitativamente buscando relacionar a realidade vivida com a prevista pela Lei Federal, tentando encontrar propostas que enriqueçam o campo da EFE e interrogar fatos que não colaboram para a construção de uma educação para todos.

A entrevista com a aluna com deficiência foi pensada a partir de alguns dados já conhecidos, seu nome; escola que freqüentava; modalidade em que estuda, que no caso dessa aluna é a Educação de Jovens e Adultos (EJA); e a partir dessas informações, elencamos algumas perguntas que nos ajudaria a pensar como tem acontecido a inclusão nas aulas de educação física para essa aluna. O roteiro usado na entrevista está no Anexo 1

A entrevista com a professora foi pensada a partir de alguns pontos que acreditávamos serem importantes para que a educação física escolar tivesse um caráter inclusivo, além de perguntas para estabelecer minimamente o seu perfil. O roteiro usado na entrevista está no Anexo 2.

## **Procedimentos**

As entrevistas foram feitas no segundo semestre de 2011, em locais previamente combinados com as entrevistadas. O primeiro passo para a realização da entrevista foi o de solicitar a assinatura das participantes de um termo de compromisso, explicando aos mesmos os objetivos da pesquisa e a ética que envolve estudos desse tipo. Com a anuência das participantes deu-se o agendamento das entrevistas.

A entrevista com a aluna aconteceu em sua casa, em horário marcado pela própria aluna e na presença da filha mais velha e um dos netos da entrevistada. A professora foi entrevistada em um dos seus espaços de trabalho, sugerido pela própria, durante um horário que ela tem disponível no dia.

## **CAPÍTULO 1: A EDUCAÇÃO FÍSICA E A INCLUSÃO ESCOLAR**

### **A legitimidade da Educação Física na escola brasileira**

A EF está presente nas escolas desde meados do século XIX, mas ela nem sempre apresentou o caráter educativo-formativo que ela carrega hoje. Para Bracht (1999) a EF inserida na instituição escolar emergente dos séculos XVIII e XIX, foi fortemente influenciada pela instituição militar e pela medicina. A Instituição Militar via a educação do corpo como uma forma de docilizar aqueles que a ela eram submetidos. Sendo a partir da vivência corporal concreta que as normas e valores seriam incorporados pelos sujeitos. Ao mesmo tempo em que o nascimento da EFE se deu com a função de colaborar para a construção de corpos mais produtivos e dóceis, o conhecimento da medicina sobre o corpo também a legitimava sustentando uma grande importância na intervenção sobre o mesmo, pois a ciência fornecia os elementos que permitem um controle eficiente sobre o corpo e um aumento da sua eficiência mecânica.

Em meados do século XX, a EFE ganha novo sentido, e sua legitimidade se dá não mais com base militar ou médica e sim esportiva. Mas apesar da nova roupagem, os princípios de intervenção no corpo continuavam os mesmos e, como afirma Bracht (1999), o conhecimento básico/privilegiado que é incorporado pela EFE para a realização de sua tarefa continua sendo o que provém das ciências naturais. Até que, a partir da década de 1970, a EFE começa a ser pensada pelas ciências humanas e sociais e desenvolve-se uma crítica ao seu modelo esportivista e dá-se início a uma reflexão sobre a função social da escola e também da EFE. Já em 1980 começam a surgir diferentes abordagens, críticas e não-críticas que pensam a EF de maneira diversificada.

As abordagens não-críticas são aquelas que não se vinculam a nenhuma teoria da educação, enquanto as críticas buscam entender o papel da educação e da educação física na sociedade capitalista em que está incluída.

Como exemplo de não-críticas, podemos citar a abordagem desenvolvimentista que tem como principais autores os professores Go Tani e Edison de Jesus Manoel, da USP, e Ruy Jornada Krebs, da UFSM. Essa abordagem tem como idéia central oferecer oportunidades de experiências motoras de modo a possibilitar o desenvolvimento normal da criança. Temos também a abordagem construtivista, proposta pelo professor João Batista Freire, da Unicamp, que tenta trazer para a EFE um sentido e significado para as práticas propostas nas aulas, entendendo que elas têm um caráter formativo, pois promovem relações aperfeiçoadas do sujeito com o mundo, deixando o mesmo mais consciente do mundo em que vive.

Já no universo de abordagens críticas, podemos citar a crítico-superadora, pensada pelo Coletivo de Autores (Carmen Lúcia Soares, Celi Nelza Zülke Taffarel, Maria Elizabeth Medicis Pinto Varjal, Lino Castellani Filho, Micheli Ortega Escobar e Valter Bracht) que organizou o livro Metodologia do ensino da educação física, publicado em 1992. Essa abordagem se baseia na pedagogia histórico-crítica, desenvolvida por Dermeval Saviani e colaboradores. Bracht (1999), um dos autores dessa abordagem, descreve que essa proposta entende que a área de conhecimento da Educação Física tem como objeto a cultura corporal que se concretiza em seus diferentes temas: o jogo, o esporte, as lutas, a dança, a ginástica e a mímica.

Outra abordagem crítica que podemos citar é a crítico-emancipatória, formulada pelo professor Elenor Kunz (UFSC) que é fortemente influenciada pela pedagogia de Paulo Freire. Kunz entende que o aluno deve ser capacitado para participar da vida social, cultural e esportiva, para tal, é preciso adquirir uma capacidade de ação funcional, mas também de reconhecer e problematizar sentidos e significados nesta vida, através da reflexão crítica. Essa abordagem defende o desenvolvimento de três competências, a objetiva, a social e a comunicativa. A primeira se relaciona com os conhecimentos e informações que os alunos deverão receber, assim como as diferentes técnicas racionais e eficientes, que deverão ser treinadas pelos alunos para realizar suas ações com competência.

A competência social deverá capacitar o aluno a compreender as diferentes relações que o homem tem em uma sociedade, como relações históricas, culturais, sociais, e o aluno também deverá entender os problemas que o norteiam e as contradições das relações ao seu redor. Ou seja, esta competência trata de estabelecer conhecimentos que o aluno irá utilizar em sua vida em comunidade.

A competência comunicativa reconhece que o movimento se exprime em forma de linguagem, a criança, por exemplo, se manifesta e se comunica através de seus movimentos, pois sabemos que sua capacidade de se expressar corporalmente é indiscutível. Para esta abordagem, saber se comunicar e entender o que o outro quer dizer é um processo de reflexão que desencadeia ação de um pensamento crítico. Kunz (1994) defende o ensino crítico, pois é a partir dele que os alunos passam a compreender a estrutura autoritária dos processos institucionalizados da sociedade e que formam as falsas convicções, interesses e desejos. Desta forma, a missão da educação crítica é promover condições para que estas estruturas autoritárias sejam suspensas, e o ensino encaminha no sentido de uma emancipação, possibilitado pelo uso da linguagem. É a partir dessas concepções críticas que a EFE será tratada nesse trabalho.

### **Meu olhar sobre a Educação Física Escolar**

A EF é uma disciplina curricular obrigatória na Educação Básica que compreende a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio e apesar de ser vista como uma mera atividade na maior parte das instituições de ensino em que está inserida, ela tem características próprias que a legitimam e a tornam essencial para uma educação que tem em vista o desenvolvimento pleno dos sujeitos, como propõe a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). O campo da EFE se propõe a entender melhor a condição dos educandos a partir de suas vivências com o corpo e o movimento inseridos na cultura e, para além do entendimento, experimentar e questionar, indagando também sobre esta cultura corporal por meio de conteúdos e práticas que foram e são produzidos pela sociedade com o passar dos anos. E é a partir



dessas diversas práticas que os alunos podem perceber e aprender sobre seus corpos, pois praticando e refletindo sobre a prática, eles serão capazes de compreender de que forma estão inseridos nas diferentes manifestações corporais, e com o passar do tempo, essa compreensão facilita aos alunos a vivência dessas práticas.

É, portanto, essencial à EFE possibilitar aos alunos o acesso às diversas práticas corporais levando em consideração não apenas o caráter técnico das mesmas, mas também as suas outras diversas dimensões, como a cognitiva, a ética, a relacional, a afetiva e a de integração social. E ao garantir a promoção dessas práticas, a EFE deve ser capaz de contribuir para a construção de sujeitos, que ao final de sua formação básica sejam capazes de realizar movimentos, se expressar através dos corpos, serem sujeitos dos seus tempos de não-trabalho, reconhecendo a importância do lazer como componente na construção de suas identidades (BRACHT, 1999) e criticar as diversas práticas corporais, articulando, dessa forma, o aprender a fazer, o entendimento daquilo que está sendo feito e como relacionar-se com esse aprendizado.

Pensando nessa produção da cultura corporal do movimento é possível destacar alguns, dos muitos conteúdos que foram incorporados pela EFE por serem representações capazes de ressignificar a cultura. São eles os jogos, os esportes, as danças, as ginásticas e as lutas, todos influenciados pela e influenciando a cultura de diferentes lugares. Esses conteúdos foram citados por mim no plural entendendo que eles são realmente diversos e estão presentes na cultura de forma variada e que essa variedade deve ser levada em consideração quando eles forem ser trabalhados. Ao trabalhar esses conteúdos, a EFE pode de forma conjunta desenvolver com os alunos a autonomia, a cooperação, a participação social e a afirmação de valores e princípios democráticos. Além disso, esse conhecimento contribui para a adoção de uma postura não-preconceituosa e discriminatória (BRASIL, 1998<sup>a</sup>). Essa proposta traz à EFE a incumbência de trabalhar com problemas sociais e a diversidade humana, sem que ela se distancie do seu papel de integrar o cidadão na esfera da cultura corporal do movimento (DARIDO, 2001) que é sua especificidade .

## **A Educação Inclusiva nas escolas**

As políticas de Educação Básica no Brasil enfatizam a proposta internacional de uma educação para todos, que busca a formação de sujeitos capazes de se relacionar socialmente e também prontos para se inserirem no mundo do trabalho, ou seja, cidadãos críticos capazes de interagir entre si e de transformar a sociedade em que vivem tornando-a mais solidária humana e menos segregadora e excludente (BRASIL, 1996). A EI foi proposta na perspectiva da Educação como direito de todos desde a reformulação da Constituição Federal, em 1988, que diz em seu artigo 205 ser a educação um direito de todos e um dever do Estado. A LDB, promulgada em 1996, vem reforçar essa idéia, em 1996, quando foi reformulada e aprovada, ao reservar, no capítulo V sobre a Educação Especial, um capítulo para reiterar os direitos dos educandos com algum tipo de deficiência. Além disso, a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência que deu origem ao decreto número 6.949, em agosto de 2009, também reserva o seu artigo 24 para tratar da educação das pessoas com deficiência, intensificando a LDB.

A LDB não só garante um direito das pessoas com deficiência, mas reafirma o dever do Estado de permitir o acesso à educação e acrescenta propostas que poderão facilitar a ocorrência do mesmo. Quando em seu primeiro parágrafo a LDB diz da possibilidade de existir serviços de apoio especializados para atender às peculiaridades da clientela da educação especial, na escola regular, quando esses se fizerem necessários (BRASIL, 1996), ela garante que a inclusão dos deficientes seja feita, sempre que possível, em escolas regulares. E esse é um avanço para a educação como um todo, pois a inclusão não é benéfica apenas para os alunos com deficiência, mas é também muito produtiva para os alunos sem deficiência. Para pensarmos na inclusão como essa via de mão dupla, podemos nos tomar da abordagem do caleidoscópio, descrita por Forest & Lusthaus (1987), e citada por Mantoan (1999, p. 7), da seguinte maneira: ~~o~~ caleidoscópio precisa de todos os pedaços que o compõem. Quando se retiram pedaços dele, o desenho se torna menos complexo, menos rico. As crianças se desenvolvem, aprendem e evoluem melhor em um ambiente rico e variado+. Ou seja, a educação para ser completa

e sem restrições deve encarar a realidade dos educandos que trazem consigo uma história anterior à escola e ser capaz de, com isso, constituir uma sociedade justa e igualitária, preparada para compreender e respeitar as diferenças sem nenhum tipo de preconceito ou intolerância.

A LDB traz ainda outras propostas para a inclusão em seu artigo 59, ao assegurar aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;+ (Brasil, 1996) facilitando, ao máximo, o aprendizado daqueles com deficiência que estarão incluídos nas turmas de escolas regulares. Ainda no artigo 59, a LDB apresenta a seguinte proposta:

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;+(BRASIL, 1996)

Com isso, ela indica que o interesse social não é mais somente o da incorporação dos deficientes ao sistema de educação, mas vai além, a educação deve se preocupar com a formação completa dos diferentes indivíduos, inclusive no que diz respeito ao torná-los capazes de se inserirem no mercado de trabalho.

No item III do art.59º fica assegurado à educação e aos alunos com deficiência professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns+, mas isso ainda se encontra muito longe da realidade escolar. Lima (2010, p. 64), após um estudo exploratório com alguns estudantes de uma universidade pública que já atuam na educação básica e recebem alguns alunos com algum tipo de deficiência, certifica-se que muitos desses estudantes não se sentem preparados para trabalhar com a clientela em questão e afirma que:

os regentes de classe atuam sem qualquer tipo de formação ou informação sobre inclusão escolar de pessoas com deficiência: estão em ação no cotidiano escolar, recebendo e educando alunos nessas condições, mas desconhecem, em muitos casos, as estratégias adequadas a cada situação.

E esse tem se mostrado um dos maiores obstáculos para a efetiva inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares, pois quando estes alunos encontram profissionais que não se sentem preparados e/ou que não tem auxílio para trabalhar a inclusão, eles sofrem inclusão precária, um processo de integração em que eles tem o direito de freqüentar as escolas regulares como todos os outros alunos sem deficiência, mas não tem garantido o seu direito a uma educação de qualidade.

O Decreto nº6.949, em seu artigo 24, sobre a educação lista os objetivos do sistema educacional inclusivo que envolvem o pleno desenvolvimento do potencial humano, o máximo desenvolvimento possível das habilidades físicas e intelectuais e a participação efetiva das pessoas com deficiência em uma sociedade livre. E diz que para que isso aconteça, fica assegurado às pessoas com deficiência o acesso ao ensino, adaptações e apoio necessários com a meta de inclusão plena, incluindo facilitação do aprendizado de Braille e Libras. O artigo garante ainda a contratação, por parte dos Estados Partes, de professores, inclusive deficientes, habilitados para o ensino de Libras e Braille. O papel do Estado, ao adotar leis que exigem a especialização do profissional, deve ser o de preparar os diferentes profissionais para atuarem na educação inclusiva e dessa forma serem capazes de cumprir a lei, mas ela não deve, nesse caso, ter um caráter tirânico, como se obrigasse os profissionais da educação a aceitarem algo incoerente e extraordinário. Ao contrário, ela deve ser vista como apoio e afirmação daquilo que se acredita para a educação humana e solidária de todos.

## **CAPÍTULO 2: A EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

### **Monografias da Escola de Educação Física**

Em uma tentativa de analisar as contribuições que já foram dadas por estudantes da EEFFTO da UFMG, ao que se refere a uma EFE que se pretende inclusiva, foram analisados dois trabalhos de conclusão de curso apresentados nessa escola nos anos de 2004 e 2007.

Esses trabalhos foram encontrados no site do acervo da biblioteca da escola na busca por monografias, apresentadas na EEFFTO, que contivessem relação com o tema Educação Física Escolar e Inclusão. Apenas dois trabalhos foram encontrados nessa busca e ambos adotaram a revisão de literatura como metodologia, mas se diferenciam em alguns aspectos que veremos a seguir.

O trabalho intitulado "Educação Física Escolar e Inclusão: Desafios para os Profissionais da Área", de Rodrigo Gaviolo de Assis foi apresentado no ano de 2004 e tinha por objetivo a discussão e análise das dificuldades encontradas pelos profissionais de EF para incluir em suas aulas, nas redes regulares de ensino, alunos com deficiência. No trabalho ainda é usado o termo "Portadores de Necessidades Especiais", termo vigente na época. O autor justifica a importância do seu trabalho dizendo ser a inclusão um processo social amplo e complexo que requer modificação da sociedade para se efetivar. Essa transformação social aconteceria através de modificações do espaço físico e da mentalidade de pessoas com e sem deficiência.

Sobre a EFE, o autor diz da necessidade da mesma ser flexível, para ser capaz de atender a todos os públicos da escola e cita a Educação Física Adaptada como uma alternativa de se possibilitar a inclusão de "pessoas portadoras de necessidades especiais", pois ela modifica as formas de organização da aula, porém não altera seus conteúdos, que podem permanecer os mesmos.

Assis fala das vantagens de se participar das aulas de EF, dizendo que a mesma pode trabalhar "o desenvolvimento da auto-estima, a melhoria da sua

auto-imagem, o estímulo a uma vida mais independente, a integração com outras pessoas+ além da mesma evitar que deficiências secundárias se desenvolvam.

O autor levanta a hipótese de que a maior dificuldade que os professores tem encontrado para lidar com esse público diverso em suas aulas é devido a falta de qualificação para tal, ponto que é novamente citado nas considerações finais do trabalho em que ele diz que os profissionais ainda trabalham com uma visão reducionista de EF, pois não estão tendo boa formação. Ele termina o assunto dizendo que seria preciso repensar a formação acadêmica, pois esta influenciaria diretamente na atuação profissional dos professores de educação física, mas ele não diz o que precisa ser repensado. Reconhece a necessidade de se alterar a formação no âmbito do ensino superior, mas não pontua nenhuma mudança que seria benéfica para a qualificação da mesma.

Na sua revisão de literatura, o autor faz um resgate das diferentes representações da EFE ao longo da sua história no Brasil, dizendo que a mesma sempre esteve articulada com os contextos históricos que a perpassaram e com a ajuda de Vago (1999), Soares (1994), Bracht (1999), Souza (1994), Krug (2002) e Jeber (1997), ele faz uma análise resumida, mas esclarecedora, das diferentes representações da disciplina no currículo escolar e termina dizendo do seu caráter cultural nos dias de hoje, tornando-se um espaço privilegiado para a compreensão e ressignificação dessa cultura, dando aos sujeitos a possibilidade de se formarem como sujeitos ativos que pensam e agem, através de todas as suas formas de expressão.

Depois, Assis faz um estudo da educação inclusiva dizendo que a mesma ganhou espaço no sistema educacional brasileiro após o país concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, na Tailândia, em 1990. E então ele dialoga com os diferentes dispositivos legais que tem como propósito assegurar a igualdade de oportunidade e a valorização da diversidade no processo educativo, são eles a LDB, os PCNs, as Diretrizes Nacionais para a educação Especial e depois, em diálogo com Dorziat (1999) e Carmo (2001), ele justifica o fato de a inclusão já ser uma verdade no papel,

mas não na realidade do chão da escola. Dorziat (1999) afirma que o problema mais grave para a inclusão escolar não é a falta de preparação física, material e de recursos humanos, mas o fato de a escola não está sendo capaz de produzir mecanismos educativos que atendam às diferenças culturais, ou seja, só com o reconhecimento das diferenças individuais é que a escola vai ser capaz de mudar e se tornar inclusiva. O que é confirmado por Carmo (2001) que acrescenta a necessidade de se mudar a estrutura escolar atual, redimensionando tempo e espaço, flexibilizando conteúdos, rompendo com a organização de séries, disciplinas e fragmentação do conhecimento.

Para analisar a EF no contexto da inclusão escolar, o autor pontua que a concepção atual de EF favorece a inclusão, pois possui conhecimentos acerca da cultura de movimento que se fazem essenciais à todas as pessoas. Mas uma pesquisa feita por Hartmann e Marquezan (1999) concluiu que os alunos do oitavo período de EF e de Educação Especial, assim como os profissionais da área de Educação Especial careciam de conhecimentos sobre fisiologia do esforço, aprendizagem motora e desenvolvimento humano, assim como de atividades físicas que podem ser desenvolvidas com pessoas com deficiência.

A conclusão chegada pelo autor é de que a inclusão escolar não é um processo isolado dos outros, que também são sociais, sendo necessário considerar os mecanismos excludentes adotados pela sociedade e reproduzidos na escola. Outra conclusão diz respeito às Leis, que apesar de serem consideradas um avanço para a inclusão devem ser alvo de reflexão para que se construam possibilidades reais de aplicação das mesmas no dia a dia escolar. Para isso, o autor diz ser importante que a organização escolar brasileira seja repensada, apostando na democratização do conhecimento dizendo ser esse um passo enorme para construirmos uma sociedade mais justa e solidária.

O segundo trabalho a ser analisado foi intitulado Educação Física Escolar: a Inclusão e o Respeito às Diferenças, escrito por Raquel Ramirez Corradi, no ano de 2007, trata da inclusão de forma mais ampla, pois não se restringe aos alunos com deficiência, mas abrange todos os alunos de maneira em geral

considerando suas diferenças como um motivo de exclusão que deve ser combatido nas aulas de EF. Usando os PCNs como fonte, a autora diz ser papel da EF a introdução dos indivíduos no universo da cultura corporal. Nesse sentido, seu trabalho busca abordar algumas possibilidades de se tratar as diferenças individuais nas aulas de EF sem deixar de lado sua obrigação como disciplina curricular que é a transmissão de seus conhecimentos, identificando na literatura e na legislação, aspectos referentes às formas de tratar as diferenças entre os indivíduos+ e discutir idéias e propostas de inclusão na EFE.

Na sua revisão de literatura, a autora começa discutindo o direito à educação, que é uma realidade na maioria dos países democráticos, e diz que no nosso país, os conteúdos da EF estão entre os selecionados para serem desenvolvidos nas escolas. Sobre igualdade e diferença, a autora pontua que os PCNs citam as experiências e competências corporais como sendo muito diversificadas, o que se traduz em uma necessidade de pluralizar o acesso ao conhecimento, oferecendo diferentes formas de se relacionar com os saberes da EF, valorizando as diferenças.

Corradi defende, assim como o Coletivo de Autores, a cultura corporal como um conjunto de conhecimentos produzidos historicamente e acumulados pela humanidade, podendo ser reconhecidos como patrimônio da humanidade, motivo pelo qual devem ser transmitidos na escola.

Sobre a participação individual nas aulas de EF, a autora defende que as características corporais de cada aluno devem ser respeitadas, para que não haja segregação, nem classificação entre os alunos. A competição precisa ser compreendida como um exercício de superação, mais especificamente de auto-superação. Corradi considera como verdadeira a proposta de Daolio (2006) de considerar a EF como parte da cultura humana e como disciplina escolar deve dar conta da sistematização do seu conhecimento ao longo da educação básica. Esse mesmo autor defende também que a pluralidade de ações implica aceitar que o que torna os alunos iguais é justamente sua capacidade de se expressarem diferentemente+. Baseada em tudo isso e em



Freire (1991), a autora diz que é possível pensar uma atuação do professor de forma inclusiva quando esta reflete uma atitude de não-rejeição, que valoriza a auto-imagem e a auto-estima dos alunos, em uma atitude de não-segregação, que promova trocas interativas entre os indivíduos. Ou seja, o professor precisa estar disposto a considerar e respeitar as diferenças individuais, possibilitando ao aluno o aprendizado sobre si mesmo e sobre os outros.

Na sua conclusão, a autora parece apontar algumas direções que podem ser seguidas por professores de EF, na tentativa de se tornarem mais inclusivos em suas aulas. O primeiro deles é a importância de disponibilizar aos alunos os diferentes conteúdos da EF, encontrando formas de possibilitar a esses alunos um contato com o conhecimento. Ela cita algumas estratégias que podem ser utilizadas pelos professores como o uso de recursos didáticos que os auxiliem. Outro aspecto importante, para a autora é a organização dos conteúdos ao longo da vida escolar, para que os mesmos não se tornem maçantes e repetitivos. Essa organização também respeita as diferenças individuais entendendo que cada aluno pode se identificar, se interessar e se apropriar de uma manifestação diferente da cultura corporal. Ela diz da importância do professor adotar uma postura anti-discriminatória, valorizando sempre as diferenças e o respeito. O último parágrafo desse trabalho propõe que:

Outros estudos poderiam contribuir para a reflexão acerca da questão da inclusão na Educação Física, inclusive baseados na observação do cotidiano escolar com a finalidade de confrontar as idéias e proposições aqui apresentadas, promovendo um diálogo entre a literatura e a prática atual da Educação Física.

Nesse sentido, este trabalho visa dar continuidade a essa reflexão, interagindo a teoria com a prática, ao trazer a realidade escolar para a discussão da questão proposta.

## **Entrevistas**

Para refletirmos um pouco mais sobre a educação física em uma perspectiva de educação inclusiva e tentarmos encontrar sugestões para uma educação

física mais inclusiva entrevistamos uma aluna com deficiência e sua professora da escola Cantinho Feliz<sup>1</sup> que dialogam com as aulas de Educação Física de formas diferentes, mas que tem um objetivo em comum de que as aulas sejam sempre inclusivas. Não só pensando na professora que busca incluir todos os seus alunos, mas também na aluna com deficiência que tenta estar sempre inclusa no grupo que participa com ela da aula.

A Escola Cantinho Feliz está localizada na região da Pampulha e recebe cerca de 850 alunos, nos turnos da manhã, tarde e noite. É uma escola de Ensino Fundamental que trabalha também com a modalidade EJA (manhã e noite). Tem boa infra-estrutura para a educação física contando com duas quadras cobertas, uma sala de material e vários espaços abertos. Possui rampas que permitem a acessibilidade entre os dois primeiros andares, porém os deficientes físicos com dificuldades de locomoção devem acessar o terceiro andar passando por fora da escola, pelo passeio, e entrar no portão de cima, uma vez que do segundo para o terceiro andar, a escola só possui escadas.

A aluna Ana<sup>2</sup> estuda na Escola Cantinho Feliz há dois anos. Frequentava a modalidade EJA, pois não completou seus estudos na idade apropriada (de 6 a 18 anos). Ana sofreu um acidente aos 33 anos de idade que a deixou tetraplégica, depois de um intenso tratamento fisioterápico, ela recuperou os movimentos do tronco e dos braços e hoje é paraplégica e se locomove com muletas canadenses em alumínio, mas é totalmente dependente das mesmas, uma vez que não tem sensibilidade e nem força nas pernas para se sustentar sem as muletas. Ana é aposentada por invalidez. Há dois anos procurou a escola para continuar seus estudos e pretende se formar um dia. Quem sabe junto com sua filha de sete anos que frequenta a mesma escola que ela.

Em entrevista, Ana mostrou-se muito satisfeita com as aulas de Educação Física, que recebem o nome Corporeidade na EJA da escola. Ela elogia muito o trabalho da professora dizendo que as atividades propostas são muito interessantes, mas percebe o trabalho feito pela professora como uma extensão do tratamento fisioterápico quando diz:

---

<sup>1</sup> Nome fictício.

<sup>2</sup> Nome fictício.

Para mim a educação física se torna sendo uma fisioterapia, entendeu? Porque enquanto ali você ta fazendo a educação física, você movimentar com seu corpo, você movimentar com sua mente, com seu psicológico, então eu acho legal. A **fisioterapeuta**<sup>3</sup> (professora) lá, é legal demais.

Apesar de legitimar a presença da educação física na escola, Ana o faz apoiando-se em um discurso de promoção de saúde, como se o objetivo dessa disciplina fosse o da melhoria da sua condição física quando na verdade esse deveria (ou poderia) ser uma consequência do processo educativo, mas não o seu fim. Ana utiliza o termo fisioterapeuta para se referir à professora, o que revela a descaracterização que ela faz dessa disciplina, não reconhecendo-a como possuidora de um conhecimento válido e importante para sua formação, mas como mera atividade que auxilia um tratamento para sua condição de deficiente.

Quando fala do fato de estar em uma turma que tem a predominância de pessoas sem deficiências, ela parece não encontrar obstáculos para sua participação nas aulas de educação física:

Na aula de educação física todo mundo faz o mesmo, a mesma coisa dependendo da sua capacidade. Igual eu mesmo, o que os outros que não tem problema fazem, eu não consigo fazer.

Trabalhar as possibilidades e particularidade de cada um deve ser uma preocupação constante na educação física. Diferente de outras disciplinas que buscam a aprendizagem uniforme, como a matemática em que todos os alunos devem terminar o ano sabendo quase a mesma coisa, a educação física trabalha com a ideia de uma aprendizagem individualizada, em que os alunos serão capazes de desenvolver o seu máximo, sem atrapalhar o desenvolvimento do colega e conhecendo melhor as suas capacidades e seus limites.

Ana se mostra um pouco preocupada com a sua inclusão no espaço escolar:

---

<sup>3</sup> Grifo meu.

A gente não tem liberdade. Eu quando eu saio assim pra ir no banheiro, as vezes pra tomar uma água, eu tenho medo. Outro dia um me deu uma cabeçada lá, eu vi só o vulto dele, depois que ele passou que eu senti a dor que ele bateu a cabeça, mas bateu mesmo que foi um barulho, eu pensei: ele se arreventou todo, quando eu olhei assim, ele levantou e saiu correndo. Minha sorte é que eu tava parada. Então eu não tenho ali, liberdade, eu não tenho não. Então eu tenho muito medo.

Ainda falta nos alunos a sensibilidade para perceber que o espaço escolar deve ser dividido e que isso exige um pouco mais de atenção da parte de todos para que acidentes não aconteçam e para que todos sejam preservados. Essa consciência deve ser trabalhada na escola para ser usada também fora dela. Muitas vezes, no nosso dia a dia, nos deparamos com deficientes e idosos que tem dificuldade de utilizar o transporte público, pois muitas pessoas não respeitam os lugares reservados para eles ou pessoas que não respeitam o direito ao atendimento prioritário, exatamente porque não estão acostumados a conviver com o diferente.

A professora Maria<sup>4</sup> já trabalha na Escola Cantinho Feliz há três anos e já recebe pessoas com deficiência em suas turmas desde quando iniciou sua carreira docente em 2001. Já recebeu alunos com diversos tipos de deficiência, paraplegia, dislexia, dificuldade de raciocínio e de mobilidade, mas admite não ter recebido um número elevado de alunos, dizendo que às vezes acontece de ter um aluno com deficiência em uma ou outra turma, por vezes dois, mas não passa muito disso. Ela diz que um dos motivos para essa baixa adesão de alunos com deficiência nas escolas regulares é o fato de não se ter uma metodologia apropriada para receber esse tipo de aluno, o que dificulta o trabalho de algumas especificidades que, no caso do deficiente, seria essencial.

Essa afirmação remete à necessidade de se conhecer as especificidades de cada deficiência quando se for trabalhar com um aluno com deficiência. Cidade e Freitas (1997) citam alguns conhecimentos básicos relativos ao seu aluno com deficiência que seria importante ao professor acessar, como: tipo de deficiência, idade em que apareceu a deficiência, se foi repentina ou gradativa,

---

<sup>4</sup> Nome fictício.

se é transitória ou permanente, as funções e estruturas que estão prejudicadas. É igualmente importante que esse educador conheça os diferentes aspectos do desenvolvimento humano: biológico (físicos, sensoriais, neurológicos); cognitivo; motor; interação social e afetivo-emocional.

A professora Maria acredita ser a educação escolar uma das maneiras de formar sujeitos que percebam o mundo e se percebam nele, transformando-o. E, para ela, o papel do professor de EF é o de transmitir uma série de conhecimentos que são próprios da disciplina, sensibilizando seus alunos para sua prática. Quando perguntada sobre a EI, ela responde com entusiasmo que foi um avanço, levando em consideração a história da educação escolar e o papel do deficiente na sociedade:

Um ponto positivo da educação inclusiva é trazer e mostrar que essas pessoas (deficientes) existem. Agora eu acho que a gente precisa avançar mais, na forma de realizar essa educação. Por que não adianta levar crianças, jovens e adultos deficientes para dentro da escola, se a gente não tem uma metodologia apropriada para trabalhar certas especificidades. Uma coisa é trazer essas pessoas para esse universo escolar, outra coisa é a gente dar conta de trabalhar com as especificidades que essas pessoas trazem, esse é o segundo passo para uma educação inclusiva de qualidade, porque na minha avaliação a gente não dá conta de uma educação de qualidade ainda não.

Sobre sua capacitação para trabalhar com esse público, ela diz que está em processo constante de capacitação, uma vez que sempre surgem novos desafios e é preciso estar sempre inovando. Mas tem consciência que talvez esteja muito melhor preparada para trabalhar com alunos com deficiência quando comparada a outros profissionais da área, pois teve contato com essa realidade em sua formação, por meio de disciplinas obrigatórias e optativas, fez vários cursos com o intuito de aumentar seu repertório de conhecimentos sobre o tema e acredita muito no diálogo como facilitador do processo educativo, não só o que diz respeito ao diálogo entre os colegas de profissão, como também o diálogo com os seus alunos, que precisam participar ativamente da construção do conhecimento escolar. Sobre isso, ela alega ter um contato maior com suas turmas de EJA, até pelo perfil que essas turmas apresentam. Maria faz questão de deixar claro para seus alunos que cada um deles tem o direito à

participação, ainda que seja preciso adequar ou reconstruir conhecimentos que já estão historicamente legitimados por um certo padrão de execução.

Ao falar das dificuldades que podemos encontrar para trabalhar em uma perspectiva de EI, Maria relembra a importância da formação continuada, defendendo-a da forma que encontramos em Nóvoa (2001) como um processo ininterrupto de ação, reflexão-ação, reflexão. Nóvoa (2001) diz que «só uma reflexão sistemática e continuada é capaz de promover a dimensão formadora da prática».

Para além da formação continuada, Maria diz ter consciência de que as dificuldades podem ser sanadas na medida em que se acredita no seu trabalho. Para a entrevistada, a EF contribui na medida em que permite aos alunos com deficiência e até os sem deficiência que apresentam alguma dificuldade a se descobrirem capazes de realizar práticas que parecia-lhes impossível por causa da sua deficiência. Além de ser um espaço agradável para inclusão, uma vez que não carrega a pressão de execução que existe na maior parte das disciplinas, em que todos os alunos precisam aprender a mesma coisa, no mesmo nível de complexidade para serem da mesma turma. A EF é mais maleável nesse sentido, ela permite que cada aluno desenvolva aquilo que lhe for possível, sem exigência de um movimento padrão ou de uma técnica avançada. Ela se adapta às capacidades e necessidades dos alunos tornando-se uma disciplina mais coerente com os ideais inclusivos. Um dos papéis da escola deve ser o de permitir aos educandos, o convívio com o diferente e na EF é onde as diferenças ficam mais nítidas, pois é um espaço de participação de todos de forma corporal e aberta. Para que aconteça a aula, os alunos precisam se mostrar uns aos outros e isso evidencia as diferenças, portanto as aulas de EF são momentos importantes para a aprendizagem do convívio com o diferente, e para além do convívio, um momento de tentar construir, com o outro, possibilidades para que a aula aconteça. Ou seja, não é possível apenas o convívio, é necessário também o trabalho em grupo, a participação de todos e o envolvimento de pessoas diferentes em uma mesma aula. A professora aponta esse contato com o diferente como uma grande contribuição da EF para os deficientes e não deficientes aprenderem a lidar uns com os outros. Sendo esta uma ótima oportunidade de se romper preconceitos,

de sociabilizar entre si e de ter contato com aquele que é o conhecimento específico da EF.

Outro aspecto importante do convívio com o diferente é o aprender com o outro, que por ser diferente tem sempre algo a acrescentar. Maria diz que com a inclusão dos deficientes em suas turmas das escolas regulares, o não deficiente se sensibiliza com esses indivíduos e conseguem refletir melhor sobre sua fragilidade.

É importante a questão do outro se perceber no lugar daquele deficiente, porque nenhum de nós estamos, vamos dizer livres. Um dia você tá andando de carro, sofre um acidente, fica paraplégico, tetraplégico, cego, surdo. Então, eu acho que essa situação (deficiência) está posta pra qualquer um. Então, essa questão de perceber que a fragilidade do outro pode ser a nossa fragilidade também.

Para tornar possível a inclusão desses sujeitos nas aulas de EF faz-se necessário que haja algumas modificações no planejamento adequando a metodologia a todos, possibilitando a participação do grupo como um todo, mas sem prejudicar ninguém. Para isso, a professora Maria acha importante oferecer oportunidade aos não deficientes de conhecer as práticas adaptadas, tornando possível a participação de todos, mas diz ser essencial que os deficientes também tenham contato com as práticas não adaptadas que serão em alguma medida modificada, para sua participação, mas se aproximam das práticas usuais, permitindo que todos experimentem o universo de práticas culturalmente construídas para as diferentes realidades, sempre extrapolando os limites da aprendizagem. Algumas das modificações presentes nas aulas da professora Maria são alterações de regras, modificações na forma de se jogar, tentando desmistificar a máxima de que a única maneira de se praticar algum esporte é da forma como eles se apresentam no alto rendimento, no esporte espetáculo que vemos na televisão, apresentando outras possibilidades, menos segregadoras e excludentes.

No final da entrevista, a professora fez uma avaliação do seu trabalho dizendo que apesar de desafiador e complicado às vezes é algo reconfortante, por ser algo em que ela acredita e por ela estar sempre refletindo sua prática e

tentando contribuir com a educação dos seus alunos, ela acredita estar fazendo um bom trabalho. E lança um alerta:

Você que tá aí, já na trajetória de formação, experimente sempre tentar trabalhar de forma mais coletiva, no sentido de estar aberta. Porque quando é pra trabalhar sozinha, não tem a mesma riqueza do que quando você tá com outras pessoas. Infelizmente, na educação isso tá cada vez mais se perdendo e vocês vão pegar uma realidade aí que eu não estou vendo como muito boa. Então, vocês tem que se fortalecer muito, porque o que eu tenho ouvido de gente entrando que não quer mais trabalhar com educação, isso não é bom, porque eu acredito que a educação transforma e em um país como o nosso, com tanta desigualdade, eu não acredito em outra forma de transformação.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, procuramos fornecer um panorama geral das teorias pedagógicas que vem contornando a prática dos professores de EF desde a entrada dessa disciplina no campo escolar. Partindo do seu modelo militar e médico, passando pela esportivização, pelas teorias não críticas, culminando nas teorias críticas que são as mais atuais. As propostas das teorias apresentadas aproximam a EF das diferentes propostas da Educação e é por causa desse vínculo, em que ela participa da construção histórica de uma sociedade igualitária, justa, solidária e fraterna, sem dominação de classe, de gênero, de raça ou de etnia+ (SOUZA E VAGO, 1996), que podemos dizer da aproximação da EF com os ideais de uma EI, mais do que isso, ao dizer dessa posição da EF na educação estamos tornando-a, em sua essência, uma EI, um ideal que deve ser perseguido por todas as áreas da educação.

Tentamos abordar também a EI de acordo com os argumentos da Lei. O aparato legal já se faz presente para construção de uma sociedade inclusiva, mas ele não é suficiente para que ocorra a inclusão nas escolas. Por diferentes motivos, o campo da EFE tem encontrado dificuldades para fazer valer os direitos dos deficientes. Isso foi evidenciado não só na análise das monografias, como também nas entrevistas feitas.

A análise do que tem acontecido no dia a dia de uma escola que recebe alunos com deficiência, nos mostra que apesar de existirem dificuldades e mesmo que ainda não tenha o reconhecimento esperado, as aulas de EF podem ser benéficas a todos que delas participam, pois constitui de um espaço que pode ser democrático e que detém um conhecimento importante para aqueles que desejam se formar cidadãos conscientes, reflexivos e transformadores do espaço social.

A EF avança a cada dia na busca de uma realidade menos excludente e que reconheça, respeite e conviva com as diferenças individuais. Quanto mais ela se importar com os sujeitos envolvidos na educação sem deixar de lado seus

conteúdos, mais ela se tornará uma disciplina que contribui para formação humana de forma solidária e justa.

Este estudo tentou contribuir para a reflexão acerca da questão da inclusão na EFE, promovendo um diálogo entre a literatura e a prática atual da mesma, buscando encontrar aproximações e distanciamentos entre as duas, indicando caminhos que vem sendo seguidos, dificuldades encontradas e outras já sanadas. Entendendo que a área ainda precisa de avanços, mais pesquisas e maior cuidado, pois ainda é uma realidade muito nova no cenário brasileiro, e apesar de ainda não estar acontecendo da forma como se espera, é uma realidade que vem somar para a construção de uma sociedade de iguais.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Rodrigo Gaviolo de. *Educação Física Escolar e Inclusão: desafio para os Profissionais da Área*. Minas Gerais, 2004.
- BONI, Valdete e QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, v. 2, n. 1, 3, janeiro-julho/2005, p. 68-80.
- BRACHT, Valter. A constituição das teorias pedagógicas da educação física. *Cadernos Cedes*, ano XIX, n.48, Agosto, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Legitimidade da Educação Física II: o retorno*. Congresso Espírito-santense de Educação Física. Vitória, 1999.
- BRASIL. *Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009*. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. (Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm))
- \_\_\_\_\_. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais: educação física*. 3ed. Brasília, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental. Educação Física*. Brasília, 1998a.
- CARMO, Apolônio Abadio. Inclusão escolar: roupa nova em corpo velho. *Revista Integração*, Ano 13, nº 23, 2001.
- CORRADI, Raquel Ramirez. *Educação Física Escolar: a Inclusão e o Respeito às Diferenças*. Minas Gerais, 2007
- DAOLIO, Jocimar. *Cultura, Educação Física e Futebol*. 3.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.
- DARIDO *et al.* A Educação Física, a formação do cidadão e os Parâmetros Curriculares Nacionais. *Revista Paulista de Educação Física*. São Paulo, 2001.
- DORZIAT, Ana. Reflexão sobre inclusão e suas implicações pedagógicas. *Revista Cadernos de Educação Especial*, n.14, 1999.

FOREST, M. e LUSTHAUS, E. Le kaleidoscope: un défi au concept de la classification en cascade. In: FOREST, M. (org.) *Education-intégration*. Downsviow, Ontario: L'Institut A. Roeher, v. II, p. 1-16, 1987.

FREIRE, João Batista. *Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física*. 2.ed. São Paulo: Scipione, 1991.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra SA, 2004.

HARTMANN, Beatriz e MARQUEZAN, Reinaldo. A Educação Física adaptada: aspectos da formação de professores. *Revista %Cadernos de Educação Especial* n.14, 1999.

JEBER, Leonardo José. *Plano de ensino em Educação Física escolar: um projeto pedagógico em ação*. Trilhas e Partilhas: Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais. Belo Horizonte, 1997. p.111-142.

KRUG, Hugo Norberto. A inclusão de pessoas portadoras de necessidades educativas especiais na Educação Física escolar. *Revista Cadernos de Educação Especial*, n.19, 2002.

KUNZ, Elenor. *Transformação didático-pedagógica do esporte*. Ijuí, Unijuí, 1994.

LIMA, Priscila Augusta. *Educação Inclusiva: indagações e ações nas áreas da educação e da saúde*. São Paulo: Avercamp, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. "Educação física adaptada" (verbete). *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil*. São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em: <http://www.educabrasil.com.br>. Acesso em: 08 nov. 2011.

SAVIANI, Dermeval. A pedagogia histórico-crítica e a educação escolar. In: BERNARDO, M. (Org.). *Pensando a educação*. São Paulo: EDUNESP, 1989.

SOARES, Carmem Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Editora Autores Associados, 1994.

SOUSA, Eustáquia Salvadora e VAGO, Tarcísio Mauro. O ensino de educação física em face da nova LDB. In: COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (org.). *Educação física escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses*. Ijuí: Sedigraf, 1997.

SOUZA, Pedro Américo. *O esporte na Paraplegia e Tetraplegia*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1994.

TANI, Go. *et al. Educação Física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista*. São Paulo: EDUSP, 1988.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Início e fim do século XX: maneiras de fazer Educação Física*. Caderno CEDES / UNICAMP, 1999.

## ANEXOS

## Anexo 1

### **Roteiro de perguntas para a entrevista com a aluna participante.**

- Há quanto tempo você voltou a estudar?
- Porque parou?
- Você trabalha? É casada? Tem filhos?
- Qual a sua história com a deficiência?
- Quais são suas maiores dificuldades como deficiente?
- O que é Educação Física para você?
- Há quanto tempo você participa das aulas de corporeidade?
- Por que você participa?
- Como é sua relação com o resto da turma?
- Como você se sente nas aulas de Educação Física?
- Já teve outras professoras dessa disciplina? Em caso afirmativo, como era sua relação com elas?
- Quais os aspectos positivos e negativos de se estudar nessa escola?

## Anexo 2

### **Roteiro de perguntas para a entrevista com a professora participante.**

- Há quanto tempo você trabalha nesta escola?
- Há quanto tempo você se formou? Em qual instituição?
- O que é educação para você?
- Qual a importância da Educação Física para a educação?
- Educação Inclusiva, o que é e qual a sua importância?
- Como você trabalha a Educação Inclusiva nas suas aulas de Educação Física?
- Você já teve algum tipo de capacitação para trabalhar com a Educação Inclusiva? Em caso de resposta afirmativa, como foi?
- Quais os desafios e ou dificuldades encontrados para trabalhar em uma perspectiva de Educação Inclusiva?
- Quantos alunos com deficiência já teve em suas turmas, ao longo da sua carreira?
- Quais tipos de deficiência? Quais as especificidades que cada deficiência guarda?
- O que muda na sua metodologia para a inclusão desses alunos?
- Quais as vantagens de se ter um aluno com deficiência na turma?
- Qual a importância do seu trabalho para esses alunos?